

IMPLANTAÇÃO DE UMA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCAIONAIS: EXPECTATIVAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS DE PROFESSORES REGENTES EM MARANGUAPE-CE

Antonia Kátia Soares Maciel; Francisca Janaina Dantas Galvão Ozório; Lilianne Moreira Dantas; Robéria Vieira Barreto Gomes

Prefeitura Municipal de Maranguape, katiasoaresmaciel@gmail.com; Universidade Federal do Ceará, jana.ozorio@hotmail.com; Universidade Federal do Ceará, lilladantas@hotmail.com; Universidade Federal do Ceará, aee.roberia@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este estudo trata-se de uma pesquisa em andamento que faz parte do grupo de estudos em Política de Educação Inclusiva e Especial da Universidade Federal do Ceará – UFC. A temática apresentada neste estudo possui relevância na proposta de discussão sobre a continuidade das políticas públicas voltadas para a educação inclusiva no que concerne a implantação de uma Sala de Recursos Multifuncionais entre os anos de 2017 e 2018. O processo de inclusão escolar de alunos da educação especial, é permeado de barreiras, quer sejam, arquitetônicas, tecnológicas, de comunicação, pedagógica ou atitudinais. Aos alunos que apresentam algum tipo de deficiência, o estigma fortalece a presença de atitudes sociais negativas em relação a sua inclusão (OMOTE, 2004). Portanto, a presença do aluno com deficiência ainda é desconfortável na prática docente expressa na fala dos professores justificada pela ausência ou pouca formação específica inicial e contínua para atuação efetiva com esse público. No entanto, são evidentes os grandes avanços do ponto de vista da legislação. O Brasil, atualmente vivenciou a criação da Lei Brasileira da Inclusão (BRASIL, 2015), que contribui para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Ademais citamos as principais leis que garantem o direito das pessoas com deficiência, evidenciando o acesso e a permanência à educação, no que se refere a uma educação de qualidade, a Constituição Federal de 1988 (CF/88); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96 (LDBN/96); o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (ECA); a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira da Inclusão nº 13146 (2015). Respectivamente, essa legislação versa sobre: (a) art. 6º a importância da educação para uma formação cidadã e profissional de cada sujeito, sendo um bem adquirido e que deve ser multiplicado; (b) é dever do Estado garantir acesso à educação básica na formação do cidadão, ressaltando a profissionalização e condições de prosseguir em estudos posteriores e dever da família de matricular seus filhos na Educação Básica; (c) art. 53, direito à educação (a crianças e adolescentes) responsabilizando o Estado em assegurar esse direito no art. 54, à família e a sociedade também como responsáveis nos art. 4º, 55 e 56; (d) a garantia de Educação Especial no ensino superior a alunos que apresentem deficiência, evidenciando a participação destes; e (e) art. 4º, em que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá discriminação. E, a partir da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2008, o número de alunos da educação especial apresentou um acréscimo significativo na matrícula das escolas regulares, com isso a necessidade e direito a estes sujeitos ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) precisa ser efetivado pelo Estado. Assim como em outros municípios, o lócus de nosso estudo – Maranguape-CE – possui um número significativo de alunos com deficiência regularmente matriculados nas escolas regulares, necessitando do efetivo AEE. Neste contexto, em setembro de 2017, foi implantado uma Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) em uma escola situada na sede da

referida cidade. Diante desta realidade, questiona-se sobre como os alunos eram incluídos nesta escola, haja vista a grande quantidade de alunos com deficiência matriculados e sobre como os professores perceberam a implantação desta SRM expressos por suas expectativas e ainda sobre como os professores regentes desenvolvem suas práticas pedagógicas em turmas que possuam alunos com deficiência. De forma a responder a estes questionamentos, o objetivo geral da pesquisa é: investigar as práticas pedagógicas dos professores que possuem alunos público alvo da educação especial em suas turmas, sendo estas de educação infantil e de ensino fundamental I. E, os objetivos específicos são: (i) verificar as expectativas dos professores quanto a implantação de uma SEM; (ii) verificar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores que atuam diretamente com os alunos da educação especial e (iii) analisar as relações existentes entre os professores, profissionais de apoio e professora de AEE no contexto da educação inclusiva. Nossa pesquisa baseia-se nos estudos de Omote (2004); Mantoan (2003); Mitller (2003); Gomes (2017); Pletsch (2014); Capellini e Rodrigues (2009); Gonçalves (2006); Rosa (2003); Santos (2002); Capellini (2001); Baptista (2009); Bueno (2010); Figueiredo; Boneti & Polin (2010); Omote et al (2005) e Crochík (2011), entre outros.

METODOLOGIA

A pesquisa possui abordagem qualitativa do tipo estudo de caso com observação participante. (MINAYO, 2003; GIL, 1946). O *lócus* da pesquisa ocorre em uma escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, que possui 578 alunos ao total, sendo 131 na Educação Infantil e 447 no Ensino Fundamental I, totalizando 578 alunos. Destes, 5 apresentam diagnóstico de deficiência intelectual; 15 com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA); 5 com diagnóstico de Transtornos Mentais, 5 alunos diagnosticados com dificuldades na aprendizagem e 10 alunos sendo avaliados por esta SRM em implantação. Participam da pesquisa 5 professoras da Educação Infantil e 14 professores do Ensino Fundamental I que possuem em suas salas alunos com deficiência intelectual e/ou com TEA. Utilizamos como instrumentos de coleta de dados a entrevista semiestruturada e observação registrada em diário de campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados preliminares deste estudo revelam que os professores tinham expectativas positivas em relação a soluções das problemáticas de inclusão escolar dos alunos da Educação Especial, principalmente relacionada ao comportamento dos alunos que apresentam TEA no que se refere à modulação sensorial e permanência em sala de aula para realização de tarefas de forma imediata, como se a SRM resolvesse os problemas da inclusão escolar. No entanto, observa-se com a literatura específica sobre a inclusão desses alunos acontece de forma lenta e gradativa centrando atenção nas habilidades e respeitando as limitações/diferenças destes alunos (FIGUEREDO; BONETI & POLIN, 2010). Observa-se que com a implantação da SRM na escola em estudo tem trabalhado de forma progressiva na identificação da demanda dos alunos da educação especial, no AEE individualizado no contra turno e nas interlocuções com os professores, profissional de apoio e familiares, no sentido de envolver a todos os atores do processo de inclusão escolar dos alunos público alvo da educação especial.

CONCLUSÕES

Consideramos, até o presente momento, a temática desta pesquisa como relevante no tocante a discussão sobre a continuidade da efetivação das políticas públicas da educação especial na perspectiva inclusiva, pois nos dias atuais, com o cerceamento das políticas públicas no cenário nacional passa por dificuldades em sua execução. Outro aspecto em destaque no estudo é que os professores visualizavam a implantação da SRM como a solução para os

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

problemas da inclusão dos alunos com deficiência, o que acontece em longo prazo e construído coletivamente com todos os atores envolvidos no processo de inclusão escolar. Os demais resultados estão sendo coletados para discussões que apontam a temática relacionada a barreira pedagógica e atitudinal com ênfase na formação dos professores. Destaca-se também que, desde a sinalização do Ministério da Educação (MEC) para a implantação desta SRM, em 2014 a mesma não tem recebido recursos pedagógicos e tecnológicos do Governo Federal e está funcionando por esforços da gestão escolar e gestão municipal no âmbito da Secretaria de Educação Especial / Núcleo de Educação Especial.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. R. (org.). **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

BUENO, J. G. S. A inclusão de alunos diferentes nas classes comuns do ensino regular. In: **Temas sobre Desenvolvimento**. São Paulo, v. 9, n. 54, p. 21-27, 2001.

OMOTE, S. Estigma no tempo da inclusão. Marília: **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.10, n.3, p.287-308, set./dez. 2004.

OMOTE, S.; OLIVEIRA, A. A. S.; BALEOTTI, L. R.; MARTINS, S. E. S. de O. **Mudanças de Atitudes Sociais em Relação à Inclusão**. Revista Paidéia. Marília: 2005.

CAPELLINI, V. L. M. F. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns: avaliação do rendimento acadêmico. 2001. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de São Carlos.

CAPELLINI, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R. Concepções de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da educação inclusiva. Porto Alegre: **Revista Educação**, v. 32, n. 3, p. 355-364, set/dez, 2009.

CROCHÍK, J. L. *et al.* Análise de atitudes de professoras do ensino fundamental no que se refere à educação inclusiva. São Paulo: **Revista Educação e Pesquisa**, v.37, n.3, p. 565-582, set./dez. 2011.

GOMES, A. L. L. A formação inicial de professores no contexto da sala de aula inclusiva: desafios e possibilidades de incluir alunos que apresentam deficiência. **Revista Educação Inclusiva – REIN**, v1.01, n.01, p. 29-36, jul./dez. 2017.

GONÇALVES, A. K. S. Utilização e viabilidade das estratégias para favorecer a inclusão de crianças com paralisia cerebral na perspectiva de professores da educação infantil. 2006. **Dissertação de Mestrado**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos.

MANTOAN É. M. T. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2003.

ROSA, L. C. S. Formação Continuada de Atendentes para a Inclusão de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais em Creches. 2003. **Dissertação de Mestrado**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos.

SANTOS, N. A. S. A Perspectiva da inclusão escolar na Educação Infantil de Juiz de Fora, 2002. **Dissertação de Mestrado**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos.

FIGUEIREDO, R. V., BONETI W. L., POULIN J.-R. (orgs). **Novas Luzes sobre a Inclusão Escolar**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.